

**Errico Malatesta
e a violência
revolucionária**

Alfredo M. Bonanno

Introdução

Nada melhor do que a leitura das minhas intervenções sobre Malatesta no encontro anarquista de Nápoles, em Dezembro de 2003, para perceber como cada tentativa de justificar ou condenar o conceito de violência revolucionária é, à partida, uma batalha perdida. A violência revolucionária não precisa das minhas justificações e não pode ser vilipendiada por nenhuma espécie de condenação, mesmo que vinda das próprias fileiras anarquistas.

O pacifismo é também um falso problema e não merece ser refutado com recurso a demasiadas palavras.

O meu esforço não tinha, nem tem aqui, a intenção de fornecer justificações para a violência revolucionária. Só queria, e ainda quero, proporcionar uma contribuição para o pensamento e actividade revolucionária de Errico Malatesta. Disseram-se muitas coisas infundadas sobre este anarquista, identificando-o, muitas vezes, com um qualquer movimento ou até com partidos. Como todos os bons revolucionários, Malatesta não se preocupava em ordenar os seus papéis e abordava os problemas à medida que eles se iam apresentando, procurando a resposta no confronto social e não em silogismos teóricos.

A guerra social continua e a violência revolucionária é,

simplesmente, a expressão mais imediatamente perceptível da sua operatividade, não é a única nem mesmo, em alguns aspectos, a mais importante.

Confio estas páginas ao cuidado do leitor. Que faça delas bom uso, mas não espere obter o que elas não podem dar.

O encontro mais importante é sempre nas barricadas.

Trieste, 26 de Novembro de 2008

Alfredo M. Bonanno

Renunciar à violência libertadora, quando esta é a única forma de pôr fim ao sofrimento diário das massas e às cruéis tragédias que castigam a humanidade, seria responsabilizar-se dos ódios que se lamentam e dos males que do ódio surgem.

Errico Malatesta

Malatesta e o conceito de violência revolucionária

Não sou historiador e, portanto, não falarei enquanto historiador. O meu interesse por Malatesta começou há mais de 30 anos quando me encarreguei da edição comentada de “A anarquia”. A leitura dos textos mais conhecidos de Malatesta e da antologia editada por Richards¹ despertou a minha curiosidade. Para minha surpresa encontrei-me diante de um anarquista que não recorria ao cómodo senso comum de quem quer ser compreendido pelas massas, por um lado, nem à pomposa linguagem daqueles que, sem o admitirem, sofreram a influência da vanguarda literária e filosófica, por outro.

Malatesta pareceu-me um homem bem informado, mas sem qualquer intenção arrogante de impressionar o ouvinte. Mas o que mais me impressionou foi a sua linguagem, simples e eficaz, o seu raciocínio calmo mas persuasivo. Face a um Galleani, que me enchia a cabeça com sons rebuscados, ou a um Schicchi, que fazia uso de uma retórica para mim desnecessária, Malatesta apresentava-se como um homem prático, um revolucionário que queria destruir mas também construir, que possuía uma cultura considerável, mas não queria exibi-la sem necessidade.

À medida que aprofundava a leitura dos seus escritos, pareceu-me oportuno reflectir sobre os processos que conduzem à construção de um líder. Nada em Malatesta reclamava esta infame designação, mas ainda assim, o comportamento dos seus companheiros, ainda mais do que o dos seus adversários, colocou-o dentro desta incómoda armadura. Recordo-me de ter lido algures acerca de um Lenine italiano, mas a minha memória poderia falhar-me, pelo que não quero insistir nesta infeliz comparação. No entanto, devo assinalar que mesmo no cartaz produzido para publicitar esta conferência está escrito que Malatesta “foi um dos mais famosos revolucionários do seu tempo”, como se tal pudesse ser de algum interesse para quem hoje (mas também na sua época) pretendesse abordar a sua obra. A fama é coisa do poder, é por ele construída e utilizada. A nossa tarefa – ou assim me parece – quando abordamos um companheiro, seja ele quem for e independentemente de ter “feito” ou “pensado” (interessante diferença, se é que existe) mais ou menos que outros, não é certamente começar pela sua fama, que deveríamos deixar para os torpes artigos dos jornais ou para os livros de história apostados em confirmar a supremacia dos

vencedores, ou para os arquivos da polícia. O facto é que muitas pessoas, não digo todas, querem um líder. Sentindo o velho instinto de rebanho que ainda não foi completamente apagado, submetem-se ao julgamento de alguém que vê mais longe do que elas, para lhe saltarem em cima logo que o vento muda de direcção.

As seguintes reflexões foram ditadas por umas quantas passagens dos escritos de Malatesta. Escolhi estas passagens por conveniência, preferi considerar as que eram mais claras em relação à necessidade da violência revolucionária, as características deste tipo particular de violência e os seus fundamentos éticos. Tratando-se que questões de grande importância, muitos assinalarão sem dúvida a ilegitimidade deste método. Que sentido faz – oiço-os dizer – extrapolar alguns pensamentos de Malatesta, retirando-os do seu contexto histórico e mesmo do seu contexto editorial ou linguístico, para abordá-los como se pudessem ter uma vida autónoma, gemas isoladas capazes de brilhar por si mesmas sem necessidade qualquer suporte? De facto, sempre senti que esta objecção e o método na raiz da mesma só são razoáveis quando estamos perante um teórico que elabora o seu pensamento de forma orgânica e progressiva e que a isso se limita, deixando tudo o que tem para dizer (e fazer) concentrado no seu trabalho teórico.

Mas para um revolucionário a questão é diferente. Quando Malatesta escrevia algo dirigia-se a um referente preciso, que mais ou menos podemos considerar como o movimento revolucionário anarquista do seu tempo. Não escrevia para aprofundar o seu pensamento ou torná-lo mais completo e exaustivo. Não pretendia começar pelo que havia dito em qualquer outro momento (num dado contexto dentro do

processo histórico) de forma a alcançar algo que diria mais tarde (também fixo num curto ou médio prazo). Cada pensamento de Malatesta era recebido directa e imediatamente pelos companheiros que o ouviam, liam ou de alguma forma o conheciam. E este pensamento actuou sobre a consciência destes companheiros, que tomavam as ideias e as usavam na sua própria visão da vida, capacitando-os para agir, fazendo dele sangue do seu sangue, motor dos seus desejos, alma dos projectos que tinham em curso. Ninguém se perguntava de que maneira essas ideias estavam relacionadas com o que Malatesta tinha dito num dos seus textos, discursos, artigos, etc.

Quando Camille Desmoulins sobe a uma cadeira e incendeia as ruas de Paris contra a monarquia, são as suas palavras naquele momento que têm um efeito sobre a multidão, incitando à conquista e à destruição da Bastilha, não o que ele disse em centenas de outras ocasiões ou o que ele haveria de dizer mais tarde. Quando Saint-Just disse as palavras “Luis contra nós” são precisamente estas três palavras que marcam o fim do rei e da monarquia, não as teorias dos jacobinos sobre o destino moral da revolução burguesa.

Entendo que nem todos concordarão com esta abordagem, mas há que reflectir cuidadosamente sobre esta questão, se não queremos que uma oportunidade como este encontro se reduza a um debate vazio e sem sentido sobre juízos historicamente datados ou a um instrumento vago para dar lições de vida.

Nós, anarquistas, não precisamos que os revolucionários do passado, muito menos Malatesta, falem connosco através da totalidade das suas ideias. Deixemos que os historiadores profissionais, amantes dos detalhes e preparados para se afogarem neles, se ocupem deste aspecto. Deixemos que cada palavra solta ressoe nos nossos corações com a mesma

vivacidade com que ressoava nos corações dos que lhe escreviam, o ouviam ou liam. Deixemos que os nossos desejos (e necessidades) do tempo presente sejam os nossos intérpretes e não o sudário cultural, que tantas vezes serve para fornecer um álibi e extinguir o entusiasmo.

O que queremos de Malatesta e de muitos outros companheiros como ele é uma centelha, uma iluminação súbita, uma oportunidade para pensar antes de agir, uma pequena contribuição. Não lhe pedimos que pense em nosso lugar, nem que nos construa um projecto completo, com todas as suas partes. Não esperamos que o passado seja a chave para compreender o presente. É claro que a contribuição da história é importante, mas não é tudo o que nos faz falta. Acontece frequentemente que quanto mais cresce esta contribuição, e mais dados, documentação e reflexões acumulamos, mais o momento da acção é adiado indefinidamente. O inimigo contra o qual precisamos de lutar está aí, diante dos nossos olhos, fabricando e planeando as condições de exploração de hoje e do futuro, não pára para justificar a exploração do passado e só frequenta os auditórios universitários para melhor nos atacar e para tornar-nos incapazes de compreender os novos modelos repressivos. Se procurássemos em Malatesta uma resposta para todos os elementos com base nos quais o novo poder está a tomar forma, não encontraríamos nada de aproveitável.

Mas há algo que podemos procurar em Malatesta e este algo toma a forma de uma consideração ética. É por isto que escolhi o conceito de violência em Malatesta, para discuti-lo convosco da forma mais simples, mas também da forma mais clara possível.

Os anarquistas são contra a violência. Toda a gente o sabe. A ideia central do anarquismo é a eliminação da violência na vida social, é a organização das relações sociais baseada na livre vontade de todos e de cada um, sem a intervenção do polícia. É por isso que somos inimigos do capitalismo que, apoiando-se na protecção do polícia, obriga os trabalhadores a deixarem-se explorar por aqueles que detêm os meios de produção, ou até a ficarem sem trabalho e a sofrerem a fome quando os patrões não têm interesse em explorá-los. É por isso que somos inimigos do Estado, que é a organização coercitiva, violenta, da sociedade.

Mas se um homem de honra diz que considera estúpido e bárbaro discutir com um porrete na mão e que é injusto e mau obrigar alguém a submeter-se à vontade de outro sob ameaça de um revólver, será razoável deduzir que este homem se vai deixar espancar e submeter à vontade de outrem sem recorrer aos meios de defesa mais extremos?

... A violência só se justifica quando for necessária para se defender a si próprio, ou defender os outros contra a violência. O delito começa onde termina a necessidade.

... O escravo está sempre em estado de legítima defesa e, portanto, a sua violência contra o senhor, contra o opressor, é sempre moralmente justificável; ela deve ter como regra um único critério: a utilidade e a economia do esforço e dos sofrimentos humanos.

(Umanità Nova, 25 de Agosto de 1921)

Inicialmente, Malatesta parece limitar a justificação do uso da violência a uma dimensão defensiva. A única violência justificável é aquela com que nos defendemos de um abuso. Mas, mais à adiante, acrescenta: quem se encontra num estado

permanente de autodefesa, ou seja, os explorados, está sempre no direito de atacar aqueles que o exploram, tendo em conta a “utilidade” deste ataque e o sofrimento humano que inevitavelmente causa. Assim, ele não está a falar de “violência” em termos abstractos, como, infelizmente, tantas vezes acontece entre companheiros – alimentando muitos dos mal-entendidos acerca do pacifismo –, mas antes da condição de classe em que se encontram quase todos aqueles que estão moralmente legitimados para utilizar a violência. O facto de este uso da violência enfrentar uma sentença sancionada pelas leis não tem interesse para o anarquista. Resta a valoração prática, a utilidade da acção e o sofrimento que pode causar. Malatesta não é um seguidor de Mach, porém, dada a sua cultura filosófica e uma vez que os conceitos do empiriocriticismo não eram estranhos ao clima cultural italiano dos anos vinte, pode ter tido esta referência em mente. Mas trata-se de uma utilidade mais prática, não a geral sugerida pela filosofia económica. Infelizmente, nenhuma acção levada a cabo pelos explorados, individual ou colectivamente, pode oferecer, *a priori*, qualquer garantia da sua utilidade. Isto – e mesmo Malatesta afirma-o em outros escritos quando diz preferir quem actua muito a quem muito espera e acaba por não fazer nada – tem uma única explicação. A acção violenta deve preencher todas as condições lógicas para que seja eticamente fundada, mas não pode prever todas as suas eventuais consequências. As condições lógicas são, em primeiro lugar, a situação pessoal e colectiva de quem se insurge violentamente contra o inimigo de classe, logo a identificação mais clara possível desse mesmo inimigo, a escolha dos meios a serem utilizados e o estudo de tudo o que é necessário para reduzir ao mínimo esse sofrimento humano, que representava para

Malatesta a segunda das suas preocupações. É tudo isto que se espera daquele ou daquela que age, podendo ser considerado como o significado amplo e não específico de “utilidade”. De facto, apenas respeitando estas condições até ao fim, escolhendo bem os meios e os objectivos, prestando atenção aos pormenores que podem levar a um excesso de sofrimento imputável à negligência ou à superficialidade, pode a acção ser entendida como uma resposta à repressão e à exploração e não precisar de nenhuma justificação posterior, que sempre é desagradável e frequentemente incompreensível para as pessoas. É significativo que certas acções de ataque tenham que ser explicadas. Os que as levam a cabo estão conscientes disto e oferecem uma explicação através do que comumente se chama a “reivindicação”. Infelizmente, com excepção de poucos casos exemplares, estas explicações são quase sempre incompreensíveis para as pessoas, não clarificam a acção e demonstram a ausência de lucidez nas ideias de quem as escreveu, assim como outras coisas. A simplicidade raramente está presente nestes documentos, o que confirma que a acção não é capaz de falar por si. Esta dificuldade na acção de que falo aqui deve-se a um deficiência de análise na escolha do objectivo, dos meios para alcançá-lo, etc.; numa palavra, denuncia uma lacuna ética. Quem tem bem claro o que há que ser feito não possui esta clarividente agudeza de visão por acaso, mas sim porque avaliou previamente todas as possibilidades que era humanamente possível avaliar. Ainda assim as coisas podem correr mal, mas trata-se de um risco que devemos correr se queremos agir.

Existem seguramente outras pessoas, outros partidos, outras escolas tão sinceramente devotadas ao bem geral como

o melhor de nós. Mas o que distingue os anarquistas dos demais é precisamente o horror face à violência, o desejo e a intenção de eliminar a violência, ou seja, a força material, das relações humanas.

Poder-se-ia dizer, portanto, que a ideia específica que distingue os anarquistas é a abolição do polícia, a exclusão dos factores sociais do domínio imposto pela força bruta, seja esta legal ou ilegal. Mas então, poder-se-ia perguntar, por que razão na actual luta contra as instituições políticas e sociais, que consideram opressivas, os anarquistas advogaram e praticaram, e continuam a advogar e a praticar onde podem, o uso de meios violentos em clara contradição com os seus objectivos? De tal forma que, em certos momentos, muitos adversários de boa-fé, e todos os que estão de má-fé, acreditaram ou fingiram acreditar que a natureza específica do anarquismo é precisamente a violência? A pergunta pode parecer embaraçosa, mas é passível de resposta em poucas palavras. Para que duas pessoas possam viver em paz é necessário que ambas as partes desejem a paz, porque se uma insiste em usar da violência para obrigar a outra a trabalhar para ela e a servi-la, então a outra, se quer conservar a sua dignidade como pessoa e não ser reduzida à mais abjecta escravidão, será obrigada, apesar do seu amor pela paz e pela harmonia, a resistir à força pelos meios adequados.

(“Pensiero e Volontà”, 1 de Setembro de 1924)

Uma vez mais, Malatesta afasta-nos da controvérsia teórica acerca da violência e da não-violência. Os anarquistas querem a eliminação da força bruta nas relações sociais. Mas sob as presentes condições de luta advogam e praticam, quando podem, o uso de meios violentos. Isto não acontecia apenas no

tempo de Malatesta, ainda acontece hoje. Os anarquistas ainda defendem o uso da violência para atacar o inimigo que nos oprime e reprime. Para que duas pessoas possam viver em paz, ambas devem estar dispostas a respeitar a paz. Na actualidade, o poder aperfeiçoou o aparato ideológico e propagandístico através do qual difunde a ideia de paz, quando na realidade pratica e prepara-se para a guerra. Os dias de hoje são muito menos claros que o tempo de Malatesta e necessitamos de empreender todos os esforços para analisar os mecanismos de camuflagem que nos mantêm sob controlo, que nos numeram, registam, administram e sufocam. O opressor que fala da paz não é necessariamente um fazedor de paz. Os anarquistas estão conscientes disto, mas nem sempre lhes é fácil tomar o passo seguinte, o ataque violento. Malatesta fala com acerto da “dignidade da pessoa”. É isto que leva tanta gente a rebelar-se e a resposta é por vezes tão descontrolada que se revela quase incompreensível. Mas não devemos deter-nos à superfície, precisamos de observar os factos e também os ataques que não alcançam os ossos, mas se limitam simplesmente a arranhar a pele. Incapazes de penetrar profundamente, muitos ataques limitam-se a atingir símbolos. Nem sempre é fácil encontrar os meios “adequados” de que falava Malatesta, com frequência o sangue chega à cabeça antes de o cérebro responder às perguntas. Porquê condenar expressões de violência que apenas atacam os símbolos do poder? Porque poderiam transformar-se num fim em si mesmo e reentrarem nas vastas teias de recuperação que o poder estende com cuidado. Mas poderiam até ir além disso. Fora do alcance daqueles que fazem juízos precipitados.

A luta contra o governo converte-se, ao fim de contas,

numa batalha física e material. O governo faz a lei. Deve, portanto, possuir a força material (exército e polícia) para a impor, porque de outra forma apenas aqueles que quisessem obedecer obedeceriam e já não seria uma lei mas uma mera proposta que qualquer um poderia aceitar ou rejeitar. E os governos possuem esta força e usam dela para fortalecer as suas leis com força e dominação, servindo os interesses das classes privilegiadas, oprimindo e explorando os trabalhadores. O limite da opressão do governo é a força que o povo demonstra ser capaz de lhe opor.

O conflito pode ser aberto ou latente, mas existe sempre, porque o governo não se detém perante o descontentamento e a resistência popular senão quando sente o perigo da insurreição. Quando o povo se submete docilmente à lei ou quando o protesto é fraco e platónico, o governo faz o que quer independentemente das necessidades do povo; quando o protesto se torna vívido, insistente, ameaçador, o governo, de acordo com a sua lucidez, ou cede ou reprime. Mas regressamos sempre à insurreição, porque se o governo não ceder, o povo acabará por se revoltar e se o governo de facto ceder o povo ganhará confiança e exigirá cada vez mais, até a incompatibilidade entre liberdade e autoridade se tornar evidente e o conflito violento irromper.

É então necessário que nos prepararemos moral e materialmente para a luta violenta, de forma a que, quando ela rebentar, a vitória seja do povo.

(“Programma Anarchico”, Bologna, Julho de 1920. In
“Umanità Nova”, 12 de Agosto de 1920)

O confronto, assinala Malatesta, é algo físico, concreto, material. É mais do que uma troca de ideias, é mais do que

simplesmente conhecer as interpretações da vida que constituem a base da cultura anarquista e libertária. Este ponto de partida é, sem dúvida, importante, difunde um conceito não-violento, pluralista, que se opõe à autoridade e ao poder, mas que é só o prelúdio para algo mais profundo. O projecto do poder é impor as suas próprias condições e nisto não fica pelas aparências. Demonstra concretamente que quem recusa aceitar as regras é considerado “fora-da-lei”, sendo atacado com penalizações mais ou menos graves, capazes de instigar medo e convencer as pessoas a obedecerem. A resposta dos oprimidos pode ser mais ou menos forte, mais ou menos organizada, e neste segundo caso muitas variações se opõem às transformações que o poder opera tanto na opressão como no controlo, assim como nas liberdades parciais que ainda é obrigado a conceder. No seu tempo, Malatesta acreditava que o movimento rumo à insurreição era um processo quase inevitável causado pela contradição entre o que o poder está disposto a conceder e aquilo que os oprimidos estão dispostos a suportar.

Esta análise padecia de uma visão das contradições sociais que deriva do hegelianismo marxista. Hoje, podemos ver mais claramente que as coisas não são assim. A capacidade de recuperação do capital é sempre imprevisível e depende actualmente das novas tecnologias e de uma forma de poder que gere com maior facilidade as contradições, ainda assim não aparenta ser pior do que qualquer outra forma, nem ser insuperável. O movimento insurreccionalista é certamente alimentado pela incompatibilidade radical entre autoridade e liberdade, mas para poder realizar-se é necessária uma preparação prática que pode nascer de condições contraditórias parciais, às vezes inclusivamente mínimas e seguramente

remediáveis para o inimigo, mas que possam ser momentos insurreccionais para avançar até à revolução. Entre linhas, Malatesta coloca a ênfase na necessidade da preparação para a insurreição e coloca-a sobre dois aspectos: a preparação moral e a preparação material.

Agora, não há dúvida de que se a primeira é consequência de um aumento da consciência revolucionária, a segunda não pode se não ser a preparação de uma prática insurreccionalista que nasce e se adquire com a luta diária e não com a espera por uma apocalíptica e improvável batalha final. Há que libertar o terreno da iconografia que quer fazer da insurreição uma questão de barricadas e de lutas de grandes massas decididas a chegar ao ajuste de contas. Também os pequenos grupos locais podem assumir conotações insurreccionalistas, lutas intermédias, se as condições nas quais tomam forma forem as da autonomia face às forças políticas, da conflitualidade permanente e do ataque.

Esta revolução tem que ser necessariamente violenta, apesar de a violência em si mesma ser uma coisa má. Tem que ser violenta porque seria uma loucura esperar que os privilegiados reconhecessem o dano e a injustiça dos seus privilégios e se decidissem a renunciar a estes voluntariamente. Tem que ser violenta porque a violência revolucionária transitória é o único meio para pôr fim à maior, perpétua violência que escraviza a grande maioria dos seres humanos.

(“Umanità Nova”, 12 de Agosto de 1920)

O caminho para a liberdade não se pode percorrer passeando, há que estar consciente de que se trata de um

percurso sangrento e difícil, capaz de turvar os sonhos de quem, aspirando à justiça e à igualdade, pretende que estas deusas baixem do Olimpo sem fazer demasiado barulho. Malatesta é um revolucionário e não tem motivos para alimentar estas ilusões. Sabe que a violência é dolorosa, mas também sabe que é necessária. Mas não é neste preciso ponto que queremos focar a atenção hoje. O ponto em questão é o conceito de “violência transitória”, ou seja, uma resposta radical e extrema, mas limitada no tempo, ao jugo dos dominadores que pretendem dominar para sempre. Isto sugere a possibilidade de uma “transição”. Com a abolição de toda a exploração, os meios de produção passarão das mãos dos poucos exploradores para as mãos de todos. Infelizmente, hoje já não vivemos numa condição social tão clara e aparentemente (só aparentemente) fácil de entender. As actuais condições não consentiriam um uso revolucionário directo dos meios de produção, ou seja, não se pode utilizar de maneira diferente os meios de produção uma vez feita a expropriação. As novas tecnologias fazem com que seja muito improvável uma utilização útil dos recursos que o capital tem acumulado. O nível de destruição necessário hoje em dia é realmente muito maior e mais profundo do que poderia ser nos tempos de Malatesta. As dificuldades para desenraizar hábitos e condicionamentos são muitas e o mesmo processo reeducativo requereria esforços e lutas inimagináveis. Novas formas de gestão e de administração centralizadas poderiam apresentar-se maquilhadas de tal forma que não se conseguiriam descobrir imediatamente, implicando um uso “transitório” da violência por um período muito alargado. A consciência deste difícil caminho alimenta muitas perplexidades e dá espaço às reflexões politicamente respeitáveis de quem espera que as

coisas se resolvam lentamente, sem esticar demasiado a corda. Lutar de maneira concreta contra as formas actuais deste contexto ideológico e cultural é um processo violento que já não se pode adiar.

As nossas almas também estão amarguradas pela necessidade da luta violenta. Nós, que pregamos o amor e que lutamos para alcançar um estado social em que a harmonia e o amor entre as pessoas sejam possíveis, sofreremos mais do que ninguém face à necessidade de nos defendermos através da violência contra a violência das classes dominantes. Contudo, renunciar à violência libertadora, quando esta é a única forma de pôr fim ao sofrimento diário das massas e às cruéis tragédias que castigam a humanidade, seria responsabilizar-se dos ódios que se lamentam e dos males que do ódio surgem.

(“Umanità Nova”, 27 de Abril de 1920)

A autorização ética para o uso da violência revolucionária reside precisamente na necessidade do seu uso. Esta necessidade encontra a sua origem no perigo constante que milhares de homens e mulheres correm por causa da opressão e da exploração. Se se tratasse simplesmente de escolher entre a paz e a violência, os anarquistas seriam os primeiros a escolher a paz, sendo partidários do amor e da fraternidade universal. Mas não se trata de uma verdadeira escolha. Eles, como todos os que são animados pela vontade de acabar com o ódio que atormenta a humanidade, são obrigados a optar pela violência. Evidentemente, os partidários da opressão, os que a exercem directamente e os que dela retiram algum benefício, dificilmente partilharão desta conclusão. Pelo contrário, quanto mais se avança para uma sociedade capaz de administrar o

domínio através da paz social, mais nos damos conta de que os discursos ideológicos se tornam subtis, todos os opressores falam de paz e fraternidade, todos acusam de intolerância e de violência quem quer que se queira libertar da opressão (com este propósito inventou-se expressamente o conceito espúrio de “terrorismo”).

A pressão exercida para a formação da opinião pública é tal que muitos (a grande maioria das pessoas) estão seriamente convencidos de que são tolerantes, mesmo quando participam da forma mais directa na exploração e na repressão. A sociedade em que vivemos, e a que gradualmente se vai perfilando – de forma cada vez mais evidente – para as próximas décadas, é dificilmente definida através dos cânones rígidos da divisão de classes do tempo de Malatesta. Ainda assim, apesar destas crescentes dificuldades, podemos estar seguros de que, nalgum lugar, o inimigo continua a construir os seus paradigmas de poder, e que milhões de colaboradores continuam a tornar possível a aplicação destes paradigmas. Atacar esta teia e as pessoas que a levam a cabo significa livrar-se da responsabilidade que acaba por cair sobre aqueles que, ao não atacar, se convertem em cúmplices da realização dos projectos do poder. Mas, uma vez que esta responsabilidade deriva da inacção, do deixar que as coisas continuem como estão, ou seja, de não enfrentar até ao final as consequências de uma acção que é naturalmente violenta, por que razão esta valoração ética se deve considerar evidente? Esta pergunta é importante. De facto, pode acontecer perfeitamente que o próprio facto de não participar, de se abster (por exemplo limitando-se a não votar) possa ser considerado uma forma suficiente de cortar o cordão umbilical dessa responsabilidade. Neste caso, estamos perante uma acção

positiva destinada a interferir com o mecanismo de repressão ou de controlo que nos domina. Penso que as pessoas somente se deverão sentir responsáveis daquilo de que são conscientes (e não serem julgadas por terceiros). Se alguém está completamente convencido de que basta não votar (por exemplo) para se sentir livre do seu crime de participação nas instituições, então é justo que de boa-fé se considere livre de qualquer responsabilidade. Mas mal uma pessoa seja informada sobre a realidade que nos afecta, como pode chegar a estas conclusões sem se rir de si mesma? Quanto mais tomar consciência da realidade da sociedade em que vive, se documentar e se informar, mais o seu coração se insurgirá contra os paliativos que a mente racional havia encontrado para acalmar a consciência. Só que, frequentemente, os nossos interesses quotidianos – a família, a carreira, o dinheiro, etc. – fazem de véu e os nossos esforços para o desviar raramente são os adequados para revelar a luz deslumbrante que este esconde. No final, convencemo-nos de que os únicos responsáveis pela exploração e pela opressão são os exploradores e os opressores; viramo-nos para o outro lado e continuamos com a nossa sesta.

Somos contra a violência, por princípio, e por este motivo queremos que a luta social, enquanto existir, seja tão humana quanto possível. Mas isso não significa que não lutemos energica e radicalmente, pelo contrário, acreditamos que as meias medidas tendem a prolongar indefinidamente a luta, a torná-la estéril e a produzir muito mais violência do que aquela que queremos evitar. Isto também não significa que limitemos o direito de defesa à resistência contra a agressão material e iminente. Para nós, os oprimidos encontram-se sempre num estado de legítima defesa e têm sempre todo o

direito a rebelarem-se sem terem que esperar ser fuzilados, e sabemos bem que o ataque é muitas vezes o mais efectivo meio de defesa. Mas aqui entramos também numa questão de sentimentos – e para mim os sentimentos contam sempre mais que qualquer raciocínio.

(“Fede”, 28 de Outubro de 1923)

Do que disse antes, considerando o conjunto de reflexões apresentadas, pode parecer que estou a querer defender uma predilecção pessoal pela violência. O oprimido – e são estas as palavras exactas de Malatesta –, precisamente porque se encontra sempre num estado de legítima defesa, está moralmente legitimado a rebelar-se, sem que da outra parte a repressão seja levada ao extremo e sem que a situação objectiva em que vive chegue a alcançar um estado intolerável. Este ponto é importante, aponta uma luz substancial sobre a decisão do rebelde em atacar o inimigo que o oprime. Não é indispensável que se encontre com água até ao pescoço ou que disparem sobre ele. Mas então, o que é que faz falta? A resposta é evidente: faz falta que ele se consciencialize da situação em que se encontra, ou seja, que adquira a capacidade de ler entre as linhas ideológicas que o poder cria para nos enredar, antes mesmo de nos oprimir ou suprimir. Portanto, quanto mais se desenvolve esta consciência, mais ela penetra entre as linhas do repressor de serviço, mais a rebelião é desencadeada, mesmo que sob condições de aparente tolerância repressiva. Por outro lado, temos visto com frequência como a consciência revolucionária que deseja atacar o inimigo, cuja acção repressiva lhe deu vida, logo falha em levar a cabo este ataque e, mais tarde ou mais cedo, acaba por morder a própria cauda. Às vezes, isto pode levar a um extremismo musculado

que interpreta tudo como uma questão de força militar. Quem cai neste terreno duvidoso acaba por aceitar precisamente o campo de batalha preferido pelo poder. O alargamento da intervenção violenta em condições que não são revolucionárias conduz a um encerramento do mundo no qual actua o rebelde e a um aumento da especialização das suas intervenções. Estes dois desenvolvimentos são rapidamente captados pelo poder, que sabe muito bem como reagir. A intensificação das acções violentas realizadas por uma minoria de rebeldes não corresponde necessariamente a um processo crescente de rebelião, que está atado a outras condições, a maior parte delas de natureza económica, que a rebelião pode evidenciar mas não promover. Podemos então encontrar-nos diante de um progressivo isolamento da rebelião, em que surge a necessidade de auto-reconhecimento. Por outras palavras, as acções de ataque intensificam-se para que possamos continuar a existir como entidade insurgente dotada de uma certa consciência revolucionária e de um projecto mais ou menos detalhado. Continuando nesta direcção, a realidade escapa-nos completamente das mãos e a abordagem especializada tende a desenvolver-se com um rumo militarista. Se o oprimido tem sempre o direito a rebelar-se, a consciência revolucionária necessária para que esta rebelião se torne realidade deve acompanhá-lo até ao final, ou seja, deve também delinear o significado das acções que leva a cabo.

Os anarquistas não são hipócritas. É pela força que se resiste à força: hoje contra a opressão de hoje; amanhã contra aqueles que poderiam substituir por uma outra opressão a de hoje.

(Pensiero e Volontà, 1 de Setembro de 1924)

Malatesta não tem ilusões de que os anarquistas farão a revolução sozinhos, ou de que próxima revolução será a definitiva, a social, a anarquista. Sabe que será, quase certamente, indispensável voltar para combater contra os opressores do futuro. Hoje, sabemos que esta perspectiva é bastante provável, porque muitos têm a ilusão de que poderão utilizar as forças produtivas do capital, claro que de maneira diferente, coisa de que duvidamos rotundamente. Consequentemente, muitos dos supostos revolucionários, uma vez vinda à tona a sua vocação repressiva, tentarão gerir os assuntos públicos em nome dos seus próprios interesses e ideologias.

Contra estes a luta será, irremediavelmente, a continuação da precedente, igualmente feroz e difícil. Muitos anarquistas deduziram desta perspectiva que, constituindo eles mais ou menos uma voz no deserto, mais vale fazerem de Cassandra. De que vale sujar as mãos com os ataques destrutivos que devem ser realizados, começando desde já e não os adiando para amanhã, se, mais tarde ou mais cedo, serão obrigados a retomar a análise crítica dos resultados alcançados e a reorganizar mais uma vez a luta precedente. Por outras palavras, ao não ser possível a boa revolução (aqui raciocinamos por atacado), é necessário manter-se à distância, à espera para sublinhar com a caneta negra e vermelha os erros (inevitáveis) dos demais. Se isto é válido para “revolução”, pensem nas lutas parciais, as chamadas “lutas intermédias”, pensem em cada insurreição singular que não pode se não começar num qualquer momento da luta de classes.

[Referindo-se aos acontecimentos do Teatro Diana] Eu

disse que esses assassinos são também santos e heróis; e os meus amigos que protestam contra esta afirmação fazem-no em honra daqueles a que chamam os verdadeiros santos e heróis que, aparentemente, nunca cometem erros.

Posso apenas confirmar o que disse... já basta de subtilezas.

O importante é não confundir o acto com as intenções e, ao condenar o acto negativo, não esquecer de reconhecer as boas intenções. E não apenas por respeito para com a verdade, ou por compaixão, mas também por razões de propaganda, pelos efeitos práticos que o nosso julgamento pode produzir.

Existem, e existirão sempre, enquanto durarem as condições actuais e o ambiente de violência em que vivemos, homens generosos, rebeldes extremamente sensíveis, mas carentes de suficiente capacidade de reflexão, que em certas circunstâncias se deixam levar pelas circunstâncias e golpeiam às cegas. Se não reconhecermos abertamente as suas boas intenções, se não distinguirmos o erro da maldade, perderemos toda a influência moral sobre eles e abandoná-los-emos aos seus impulsos cegos. Se, pelo contrário, prestarmos homenagem à sua bondade, à sua coragem, ao seu espírito de sacrifício, poderemos alcançar a sua inteligência pelo caminho do coração e assegurar que esse tesouro de energia que personificam seja utilizado a favor da causa de maneira inteligente, boa e útil.

(“Umanità Nova”, 24 de Dezembro de 1921)

O rebelde insurge-se e, apontando contra o inimigo, mata inocentes. Isto sucedeu no Teatro Diana² em 1921, mas penso agora no ataque de Gianfranco Bertoli³ contra a esquadra de Milão na rua Fatebenefratelli e nos mortos que a sua bomba

deixou na calçada. O pensamento de Malatesta é calmo mas firme, é um pensamento responsável que não cai na histeria. Chama a atenção para os companheiros que levaram a cabo o referido acto, conhece-os, sabe que são bons companheiros e que cometeram um erro. Sabe que cometer erros é algo que pode suceder. Bertoli lançou a sua bomba para dentro da porta da esquadra, mas um polícia deu-lhe um pontapé e esta acabou por explodir entre as pessoas que faziam fila para resolver assuntos administrativos. Naquele tempo, não conhecendo Bertoli e analisando a sua autobiografia publicada na revista “Gente”, eu próprio considerei a sua acção como condenável, pois não havia forma de identificar na história da sua vida as características de um individualista stirneriano, como parecia que ele mesmo se declarava. Foi só quase trinta anos mais tarde que pude corrigir o meu erro, quando, ao ter entabulado uma correspondência epistolar com ele, conheci melhor o companheiro e vi as suas virtudes, as quais não apareciam na autobiografia.

Malatesta possui os conhecimentos oportunos, sabe que Mariani, Aguggini e os demais são companheiros conhecidos e de confiança, isto é, sabe que se encontra diante de um lastimoso erro e enfrenta esta delicada questão. Lamenta e aflige-se pelos mortos, mas também se aflige pela sorte dos seus companheiros, pela responsabilidade que assumiram diante chamada justiça. O que conta, diz ele, são as intenções. Mas não eram estas intenções *pavimento dell'inferno*⁴?

Claro, é justamente isto o que afirma a moral burguesa, sempre pronta a focar-se nas consequências, a analisar os resultados e a colocar o seu juízo sobre a bitola economicista. Por vezes, encontramos este tom moral mesmo entre os anarquistas, por exemplo quando perguntam acerca de Mariani

e Bertoli: “Quem pode beneficiar deste tipo de acção?”. Só a repressão: aqui temos a resposta. E a partir deste ponto, a conclusão alarga-se descaradamente. É sempre a repressão que beneficia de qualquer acção que pretende atacar o inimigo, fazendo-o sentir rente à pele o gesto pouco amigável do rebelde. Quantas são as declarações de isenção de responsabilidade que se apresentam regularmente diante de qualquer acção que ultrapassa os limites da ortodoxia da opinião? Contá-las não interessa a ninguém. São seguramente um sinal de astúcia política, mas também de miopia ética. Malatesta, pelo contrário, corre o risco de descer ao inferno e fala de intenções. Sabe que estas não absolvem os assassinos da responsabilidade (moral) – porque de assassinio se trata –, mas sabe também que manter-se calado ou, ainda pior, juntar-se às reprimendas dos tartufos negaria o princípio propagandista do anarquismo militante, negaria todos os esforços que a cada dia fazemos para convencer as pessoas da necessidade de se rebelarem e atacarem o inimigo que nos oprime e explora.

McKinley, o chefe da oligarquia norte-americana, o braço direito e o defensor dos gigantes do capitalismo, o traidor dos cubanos e dos filipinos, o homem que deu o sinal verde para o massacre dos grevistas de Hazleton e para as torturas dos mineiros de Idaho, o carrasco dos trabalhadores da “República modelo”, McKinley que encarnava a política militarista, expansionista e imperialista da próspera burguesia americana, McKinley tombou sob as balas de um anarquista.

O que lamentar, senão a sorte que aguarda o homem generoso que, de maneira oportuna ou não, por boas ou más razões tacticamente falando, se ofereceu em sacrifício pela

causa da igualdade e da liberdade? Repetimos o que dissemos noutros momentos semelhantes: porque a violência nos rodeia por todos os lados, continuamos a lutar com serenidade para que termine esta terrível necessidade de responder à violência com violência, esperando que chegue depressa o dia em que o antagonismo de interesses e paixões entre homens se possa resolver por meios humanos e civis. Guardamos as nossas lágrimas e as nossas flores para outras vítimas, não para estes homens que, colocando-se à cabeça das classes exploradoras e opressoras, assumem a responsabilidade e enfrentam os riscos da sua posição. Porém, há anarquistas que acharam útil e por bem condenar o oprimido que se revoltou, sem expressarem uma só palavra de condenação contra o opressor que pagou o preço pelos crimes que cometeu ou que permitiu que fossem cometidos! Será um desejo insano de obter a aprovação do adversário ou será uma “táctica” mal construída para ganhar a liberdade de propaganda das suas ideias, renunciando voluntariamente ao direito de expressar os genuínos e profundos sentimentos da alma, chegando ao ponto de falsificar esses sentimentos, fingindo ser-se diferente do que se é? Faço-o com pesar, mas não posso deixar de expressar a dor e a indignação que causaram, a mim e a muitos companheiros que tive ocasião de ver por estes dias, as palavras imprudentes que “L’Agitazione” dedicou ao atentado de Buffalo. “Czolgosz é um irresponsável” – mas por acaso, conhecem-no? – “O seu acto é um crime comum que não possui nenhum dos atributos necessários para que um acto similar possa ser considerado como político!” Creio que nenhum procurador público, monárquico ou republicano, se atreveria a afirmar tal coisa. Talvez haja alguns motivos ou rancores pessoais para condenar Czolgosz?... Até é impróprio falar de um crime em casos como

este. A lei fá-lo, mas a lei é feita contra nós, contra os oprimidos, e não pode servir de critério para os nossos juízos. Estes são actos de guerra, e se a guerra é um crime, é-o para quem está do lado da injustiça e da opressão. Os ingleses invasores do Transvaal são os criminosos, não os Boers quando defendem a sua liberdade, mesmo que a sua defesa não tenha esperança de ser bem-sucedida.

“O acto de Czolgosz (poderia dizer “L’Agitazione”) não fez a causa dos trabalhadores avançar um passo, McKinley foi substituído por um outro, equivalente, Roosevelt, e tudo continua como antes, salvo que a situação dos anarquistas tornou-se um pouco mais difícil”. Talvez tenham razão e é até provável que este seja o caso, daquilo que conheço da América.

Mas isto significa simplesmente que, assim como há, numa guerra, operações brilhantes e outras erradas, há combatentes prudentes e outros que se deixam facilmente levar pelo entusiasmo, tornando-se um alvo fácil para o inimigo, podendo mesmo comprometer a situação dos seus camaradas. Isto significa que cada um deve aconselhar, defender e praticar os métodos que parecem os mais aptos para obter a vitória no tempo mais curto e com o menor sacrifício possível. Mas isto não muda nada no facto fundamental e evidente de que aqueles que lutam, bem ou mal, contra um inimigo comum, pelo mesmo objectivo que nós, são nossos amigos e estão no direito de esperar de nós uma calorosa simpatia, mesmo se não pudermos dar-lhes a nossa aprovação incondicional.

Que o combatente seja uma colectividade ou um único indivíduo, não pode mudar o aspecto moral do problema. Uma insurreição armada desencadeada de modo inoportuno pode prejudicar de modo real ou aparente a guerra social que

empreendemos, assim como o atentado individual que fere a sensibilidade popular. Mas se a insurreição se produzir para conquistar a liberdade, ninguém ousará recusar o carácter de combatentes sociopolíticos aos insurrectos vencidos. Porque havia de ser diferente quando se trata apenas de um único insurrecto?

“L’Agitazione” afirmou correctamente que os grevistas têm sempre razão, apesar de ser claro que nem todas as greves são aconselháveis, pois uma greve falhada pode, em certas circunstâncias, levar ao desânimo e à dispersão da força dos trabalhadores. Por que razão o que é verdade no caso da luta económica contra os patrões, não deveria também ser verdade na luta política contra os governantes, que usando da arma do soldado e das algemas do polícia pretendem fazer de nós escravos seus e dos capitalistas. Não se trata aqui de discutir tácticas. Se fosse o caso, eu diria que em geral prefiro a acção colectiva à acção individual, inclusive porque a acção colectiva exige qualidades que são simplesmente mais comuns e tornam possível, em certa medida, a repartição de tarefas, enquanto não podemos contar com o heroísmo exigido pelo sacrifício individual, heroísmo que é excepcional e, por natureza, esporádico. Trata-se de um problema de uma outra ordem, mais elevada. É uma questão de espírito revolucionário, deste sentimento quase instintivo de ódio pela opressão, sem o qual os programas permanecem infuncionais, por mais libertárias que sejam as proposições que encerrem. É uma questão de espírito de combatividade sem o qual mesmo os anarquistas acabam por ser domesticados, e terminam, por uma via ou por outra, no lodaçal do legalismo... É estúpido, para salvar a vida, destruir as razões do viver. De que servem as organizações revolucionárias se se deixa morrer o espírito

revolucionário? Para que serve a liberdade de propaganda, se já não se propaga o que se pensa?

(L'Agitazione, 22 de Setembro de 1901)

Respondendo a Luigi Fabri, que havia classificado o assassinato do presidente estado-unidense como um acto inclassificável e como uma acção mal preparada e inconsciente, Malatesta preocupa-se antes de mais nada em sustentar com firmeza a legitimidade de qualquer ataque contra o opressor. É precisamente no anarquista que ataca que ele pensa e não nas consequências repressivas que o acto em questão inevitavelmente desencadearia. Não se distancia e coloca-se imediatamente do lado dos rebeldes. Apoia a violência para que a violência termine o mais cedo possível, para que a necessidade de responder à violência com violência possa desaparecer.

Lamenta que alguns anarquistas tenham podido insultar o oprimido que se rebela, e define este comportamento como um desejo nocivo de obter os aplausos dos adversários. Queixa-se de que há anarquistas que são até capazes de insultar o oprimido que se revolta, definindo esta atitude como um desejo insano de obter a aprovação do inimigo. Este é um ponto sobre o qual deveríamos deter a nossa reflexão. Não há nada que o inimigo possa partilhar connosco nesta guerra de classes; não há regras, nem honra nas armas. Poderá ser que mais feroz que a própria repressão material seja a que se cumpre através da mentira, da desinformação e das calúnias. O inimigo ataca colocando-se “fora da lei” (preventivamente) e “fora da lógica” (sucessivamente). Declara que cada rebelião contra a autoridade instituída vai contra as leis feitas expressamente para garantir a vida social e que considera incompreensível,

impossível, que existam pessoas que não partilhem do melhor dos mundos possíveis, ou pelo menos o único mundo que pode ser melhorado através de reformas. O facto é que a lógica da rebelião não pertence ao inimigo, é algo de todo incompreensível para ele, e com isto há que resignar-se. Não podemos atacar o poder e esperar que o poder aprove as regras deste ataque, porque se trata de um ataque que segue regras diferentes das que sustentam os processos de violência opressiva. Se nos convenceremos disso, acabaremos por concluir que as nossas acções contra o poder são “ilógicas”. Não faz sentido – isto é, não faz sentido para a lógica do poder e dos hipócritas que dele se alimentam – que Czólgosz dispare sobre McKinley, se um McKinley pode sempre ser substituído por um Roosevelt. Que esta consideração seja feita pelo inimigo é mais que justo, o que dói é que seja feita por não poucos companheiros. Que sentido faz derrubar um poste de electricidade, ou mil e duzentos (os que foram derrubados em Itália nos últimos quinze anos), se logo a companhia de electricidade Enel simplesmente constrói outros novos? Que sentido faz tanto empenho, se esse empenho não tem mais efeito do que “rebentar o balão do filho do polícia”? Para entender qual pode ser o sentido dos pequenos ataques difundidos pelo território, é necessário adoptar uma lógica diferente da lógica dos patrões e do poder. Mas adoptar uma lógica diferente entra frequentemente em conflito com a nossa mais íntima maneira de ser, com o nosso modo de pensar. Somos o que pensamos e pensamos o que somos. Podemos certamente pensar em algo que nunca faremos ou seremos, mas esse pensamento não permanece demasiado tempo na nossa mente; tal como uma fantasia de sábado à noite se desvanece com a primeira luz da madrugada de segunda-feira. Malatesta

fala de combatentes sagazes e menos sagazes, dos que travam o seu entusiasmo e dos que se deixam levar pelo mesmo, mas não se dá conta de que esta avaliação é feita com uma unidade de medida que não nos pertence.

Quando agimos de forma a aproximarmo-nos o mais que conseguimos do inimigo para inquietá-lo nas suas certezas, cada cálculo de conveniência, cada valoração tática, cada conhecimento técnico e cada aprofundamento teórico pode auxiliar-nos, acompanhar-nos e iluminar-nos o caminho. Mas o último troço, esse em que o ânimo se ergue acima dos detalhes finais, que tudo aperta nos momentos em que se supera a fractura moral, temos que o percorrer sozinhos. Aqui, cada um está só com a sua convicção ética, com a sua consciência revolucionária, com o seu desejo de acabar com a opressão e com a exploração. Que importa se a acção acabar por ser um gesto superficial, algo que a lógica da cegueira ‘não-contrariedade’ classificará como uma “acção mal preparada e inconsciente”? Somos nós os que levámos a cabo a acção, somos nós os que assumimos a responsabilidade, não só pela acção em si, mas também por todas as valorações de conveniência, de tática, etc... E fomos nós os que decidimos levá-la a cabo.

No final, a nossa acção é o que nós somos.

Trieste-Catânia, Novembro de 2013

Alfredo M. Bonnano

Notas

(1) *Malatesta, His Life and Ideas*, compilado e editado por Vernon Richards, Freedom Press, London 1984.

(2) Em 23 de Março de 1921, uma bomba potente explodiu no exterior do Teatro Diana em Milão, com objectivo de matar o chefe da polícia de Milão, Gasti. Morreram 21 pessoas e mais de 150 ficaram feridas. O atentado foi levado a cabo por um grupo de anarquistas, motivados pela detenção de três anarquistas editores do jornal *Umanità Nova*, Borghi, Malatesta e Quaglino. Entre os acusados estavam Giuseppe Mariani e Giuseppe Boldrini, condenados a pena perpétua e Ettore Aguggini (que morreu na prisão); também foram implicados Ugo Fedeli, Pietro Bruzzi e Francesco Ghezzi (editores de *L'Individualista*).

(3) Em 17 de Maio de 1973, Gianfranco Bertoli atirou uma granada para o pátio do quartel da polícia da Rua Fatebenefratelli em Milão, no aniversário da morte do superintendente da polícia Luigi Calabresi. Na ocasião, inaugurava-se um busto em memória do referido superintendente, responsável pela morte do anarquista Giuseppe Pinelli, com a presença do ministro do interior Mariano Rumor. Um polícia afastou a bomba com um pontapé, acabando esta por explodir no pavimento onde várias pessoas aguardavam numa fila para tratar de assuntos administrativos. Morreram 4 pessoas e 45 ficaram feridas. Bertoli declarou-se imediatamente como um anarquista individualista, seguidor de Max Stirner. O seu acto foi condenado pelo movimento anarquista italiano como um todo e surgiram rumores de que tinha colaborado com os serviços secretos italianos na década de 1950. Em 1975, foi condenado a prisão perpétua.

(4) Citação de Dante Alighieri, significando que, muitas vezes, os meios justificam o fim e que as acções mais cruéis e moralmente reprováveis são justificadas com a desculpa de que foram praticadas em nome de um fim nobre ou de uma boa causa.

